

DISSERTAÇÕES APROVADAS PROGRAMA DE MESTRADO EM DIREITO DA UCB

ANO DE 2008

ANA CLAUDIA ANDRADE MOREIRA BITTAR

Data: 29 de agosto de 2008.

Título: Desenvolvimento e dinâmica do direito internacional no contexto evolutivo das relações internacionais e a problemática da sua aplicação no ordenamento jurídico interno brasileiro.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Antônio de Moura Borges (orientador)

Prof.^a Dr.^a. Leila Maria Da'Juda Bijos (ex. interno)

Prof. Dr. José Rossini Campos do Couto Corrêa (ex. externo)

Prof. Dr. Marcos Aurélio Pereira Valadão (suplente)

Resumo

Este trabalho consiste em analisar a evolução da sociedade internacional e o desenvolvimento do Direito Internacional a partir do processo histórico dos sistemas de Estados antigos até os fenômenos contemporâneos que afetam as soberanias e os ordenamentos jurídicos dos Estados, tais como: organismos internacionais, supranacionalidade e intergovernabilidade. Dessa análise, revelaremos os matizes que envolvem a aplicação do direito e sua adaptação aos conceitos estabelecidos pela sociedade internacional que se apresenta em constante processo de mutabilidade. Serão examinadas as correntes filosóficas assentadas no debate acadêmico promovido pela pluralidade de parâmetros teóricos-estruturais que causam implicações ao Direito Internacional. Inserem-se nesse contexto, as posições teóricas monista e dualista, através das quais procuraremos responder ao conflito de normas que se estabelece a partir da discordância entre os conceitos jurídicos interno e internacional. Por conseguinte, estudar-se-á, como o ordenamento jurídico brasileiro tem se relacionado com o Direito Internacional, tendo em vista que demonstra diferentes concepções interpretativas da lei e de suas diretrizes. Diante disso, interessa avaliar a situação da ordem jurídica brasileira e as limitações que efetivamente se impõem à observância dos Tratados Internacionais no sistema jurídico interno. Em última análise, ilustraremos a problemática que envolve a relação sistemática das regras constitucionais e infraconstitucionais que compõem o ordenamento jurídico interno brasileiro com as normas emanadas dos órgãos do Mercado Comum do Sul, que comprometem o desenvolvimento e a consolidação do bloco econômico. Procuraremos tratar com rigor científico este tema de fundamental importância, utilizando-nos de abordagem interdisciplinar, resultado da combinação de elementos de relevância política e

social que abrangem os aspectos jurídicos envolvidos no âmbito do Direito Internacional.

Palavras-chave: Direito Internacional Publico, direito interno, direito internacional, dualismo, monismo, integração, globalização, soberania, estado.

Abstract

This paper aims at analysing the evolution of international society and the development of International Law from the historical process of the Old States systems to the contemporary phenomena that affect the sovereignty and affairs of States, such as: international organizations, supranacionalism and intergovernamentalism. From this analysis we will discuss the aspects that involve the application of the law and its adaptation to the concepts established by international societies which are constantly changing. We will also examine the philosophical schools that are promoted by theoretical parameters that cause implications to International Law. In this context there are monist and dualist theories from which we will try to respond to the conflict of laws that are established from the disagreement between the juridical concepts. As a consequence, we will study how the Brazilian legal system has related to International Law, as it has different views of interpreting the Law and its guidelines. Because of this, we must evaluate the situation of the Brazilian legal order and the boundaries that are established by International Treaties in the domestic law. Lastly, we will illustrate the problem that involves the Brazilian legal system and the laws of the Southern Common Market that prevent the development and consolidation of the trade bloc. We will try to deal with this important theme by combining elements of political and social relevances that embrace the legal effects involved in the International Law.

Keywords: State, international order, sovereignty, globalization, integration, monism, dualism, international Law, national Law.

CARLOS EDUARDO DO NASCIMENTO

Data: 05 de março de 2008.

Título: O comércio de bens intangíveis no mercado virtual e a problemática de sua tributação.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Marcos Aurélio Pereira Valadão (orientador)

Prof. Dr. Antônio de Moura Borges (Examinador interno)

Prof. Dr. José Querino Tavares Neto (ex. externo)

Resumo

Esta dissertação analisa os aspectos tributários diferenciados no comércio eletrônico de bens intangíveis, considerando as interferências desse tratamento em outros ramos do direito. Como esse tipo de comércio tem crescido nos últimos anos, os Estados têm se preocupado quanto à sua regulação tributária, posto não haver igualdade entre fornecedores de bens intangíveis vendidos pela internet e fornecedores desses mesmos bens através do comércio tradicional. Nessa última situação, não há como evadir a tributação sem incorrer em crime, porque haverá um bem físico que contenha o imaterial (informação), que poderia ser vendido via download e, neste caso, não há forma de a lei obrigar o pagamento do mesmo tributo. A relação com o Direito Econômico existe exatamente porque o comércio de bens pela internet pode prejudicar fornecedores que não vendem seus produtos pela rede internacional, sobretudo quando esses bens são imateriais, já que não existem meios de fiscalizar a tributação desses produtos devido à sua forma de venda, e isso gera a concorrência desleal.

Palavras-chave: comércio, bens intangíveis, tributação, problemática, concorrência desleal; direito tributário; direito econômico.

Abstract

This dissertation analyses differential tax aspects in electronic commerce of intangible goods considering interferences of this treatment in other branches of law. As this type of trade has been increasing in recent years the States has been worried concerning its tax regulation, since there is no equity between suppliers of immaterial goods through the internet and suppliers of the same products in traditional trade. In this last situation there is no way to evade taxes without turning to crime, because there will be a physical good containing something immaterial (information) which could be sold by download, and in this case there is not any legal form to oblige the payment of the tax over the selling of the same product. The relation with economic law exists precisely because commerce of goods through the internet may prejudice suppliers that do not sell goods by means of the international network, especially when these goods are immaterial, as there is no way to fiscalize the payment of taxes due to these operations and this generates unfair competition.

Keywords: immaterial property, taxation, problem.

DANIEL CÂNDIDO

Data: 11 de março de 2008.

Título: A teoria da integração econômica: efeitos da sua aplicação em Portugal na fase posterior da adesão a CEE.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Maurin Almeida Falcão (orientador)

Prof. Dr. Antônio Paulo Cachapuz de Medeiros (ex. interno)

Prof.^a Dr.^a Cláudia Aparecida de Souza Trindade (ex. externo)

Resumo

O presente trabalho tem por finalidade verificar a aplicabilidade da teoria da Integração Econômica ao caso português. A teoria da Integração Econômica utilizada como referencial teórico, defende que a integração econômica tem por objetivo o incremento do bem-estar das populações integradas. O processo integracionista evolui em suas etapas, passando da simples integração política, econômica até a integração social como pode-se observar no caso da União Européia. A questão a ser estudada é a situação sócio-econômica de Portugal entre as décadas de 1970 e 1990. Neste período, o país enfrentou sérios problemas de ordem econômica, provocados entre outros fatores pela crise econômica mundial. De modo que, os países economicamente menos desenvolvidos, como era o caso português, foram aqueles que mais sentiram os efeitos nefastos desta crise. Como consequência, o bem-estar da população foi afetado. Buscando alterar a sua condição socioeconômica, Portugal aderiu à Comunidade Econômica Européia no ano de 1986, após vários anos de espera de sua adesão. Em consequência, o país vivenciou um período de modificações de ordem econômica e social, além de alterações em seu sistema tributário. O objeto deste estudo é a análise das transformações econômicas e sociais ocorridas neste país, e verificar se estas são consequências do processo de sua adesão à Comunidade Econômica Européia.

Palavras-chave: teorias da Integração econômica, Comunidade Econômica européia, Portugal

Abstract: Não disponível

ELAINE BARBOSA SANTANA

Data: 02 de julho de 2008

Título: Relações Brasil e Bolívia: o caso da nacionalização dos recursos hidrocarbonetos da Bolívia.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Manoel Moacir Costa Macêdo (orientador)

Prof. Dr. Jorge Luiz Fontoura Nogueira (ex. interno)

Prof. Dr. José Rossini Campos do Couto Corrêa (ex. externo)

Prof.^a Dr.^a Arinda Fernandes (suplente)

Resumo

A nacionalização dos hidrocarbonetos da Bolívia ocorreu por meio do decreto supremo n.º 28.071 de 1º de maio de 2006. O referido decreto foi publicado em decorrência dos movimentos populares que exigiam postura política protetiva dos recursos naturais do país. A decisão unilateral da Bolívia afetou o Brasil que é dependente dos recursos naturais da Bolívia para suprir as necessidades dopaís. Verifica-se que a relação internacional entre o Brasil e a Bolívia firmou-se sob a égide do direito internacional que evolui sobremaneira para atender o contexto político, social, econômico de cada Estado soberano. Dentre os mecanismos de solução de controvérsias existente no direito internacional, o Brasil utilizou a negociação direta com a Bolívia. Diante da repercussão da nacionalização dos hidrocarbonetos e a não obediência ao acordo firmado sob a égide do direito internacional, o presente apresenta pesquisa empírica realizada para verificar se o Brasil poderia ter obtido mais benefícios utilizando outros mecanismos de solução de conflito. Verificou-se, após a análise dos dados da pesquisa realizada que o encaminhamento da demanda a um organismo internacional poderia ser benéfico para o Brasil, considerando que havia amparo nos contratos firmados para a presente medida. Ademais, foram analisados diversos aspectos que proporcionam uma visão ampliada do contexto em que a problemática está inserida.

Palavras-chave: relações internacionais, Brasil e Bolívia, nacionalização dos hidrocarbonetos, relações internacionais; Bolívia – recursos naturais, Direito Internacional Público.

Abstract

The nationalization of the hydrocarbons of Bolívia occurred according to the supreme decree no. 28.071 of May 1st, 2006. The related decree was published due to popular movements that demanded protective policy posture of the country's national resources. The unilateral decision of Bolivia affected Brazil that is dependent on Bolivian national resources to supply the country's necessities. It is verified the international affairs between Brazil and Bolivia was signed under the support of the international law that evolved excessively care for political, social and economical context of each Sovereign State. Among the existing mechanisms of controversy solutions in the international law, Brazil used the direct negotiation with Bolivia. With the repercussion of the nationalization of the hydrocarbons without obeying the agreement signed

under the international law support, this work presents empirical research accomplished to verify if Brazil could have gotten more benefits using other mechanisms of conflict solution. It was checked after the data analysis of the research achieved that the demand guiding to an international organism could be beneficial for Brazil, considering that there was support in the contracts signed for the present measure. Furthermore, several aspects that provide a wide view of the context in which the problematic is inserted were analysed.

Keywords: international affairs, Brazil and Bolivia, hydrocarbon nationalization.

EMMANOEL CAMPELO DE SOUZA PEREIRA

Data: 05 de junho de 2008.

Título: Criminalidade organizada transnacional: os limites entre os delitos de lavagem de dinheiro e receptação

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Antenor Pereira Madruga Filho (orientador)

Prof.^a Dr.^a Arinda Fernandes (ex. interno)

Prof. Dr. Walter Nunes da Silva Júnior (ex. externo)

Resumo

Modernamente, o crime organizado adquiriu proporções transnacionais. Estando ele intimamente relacionado com a lavagem de dinheiro, pois é por meio dela que as organizações criminosas podem dispor livremente de seus ganhos ilícitos, podemos afirmar que a lavagem de dinheiro é uma patologia da globalização econômica. Logo, dadas sua grande proporção e os malefícios causados por essas atividades à sociedade, a comunidade internacional reagiu por meio de convenções e organismos internacionais, objetivando combater o crime organizado e, especialmente, criminalizar a lavagem de dinheiro. O processo de introdução de recomendações internacionais nem sempre é harmônico. No Brasil, a Lei 9.613/1998 tipificou o delito de lavagem de dinheiro, colocando como única fronteira entre este e a receptação o rol de crimes antecedentes. Comparando os dois tipos penais, observamos que possuem diversas características em comum, pois, além de ambos serem crimes parasitários, existem semelhanças relativas ao objeto material, tipo objetivo e bens jurídicos protegidos. Não fosse o rol de crimes antecedentes da Lei 9613/1998, a lavagem de dinheiro iria substituir o delito de receptação. Caso seja aprovado o Projeto de Lei 225/2006, o qual suprime este rol, desaparecerá este único critério diferenciador, fazendo com que seja aplicada a Lei 9.613/1998 a todos os crimes, graves ou não. Atualmente, qualquer crime praticado por organização criminosa é alcançado pela lavagem de dinheiro. Logo, para se ampliar a gama de crimes antecedentes, bastaria a criação do tipo penal da formação de organização criminosa, sem a necessidade de se derogar a receptação.

Palavras-chave: crime organizado transnacional, lavagem de dinheiro, receptação, Direito Internacional Público.

Abstract

In contemporary times, organized crime has acquired transnational proportions. In its close relationship with money laundering, for it is through this process that criminal organizations may freely benefit from their illicit gains, we can say that money laundering is an predicament caused by economic globalization. Hence, given their large proportions and the harmful effects of such activities to society, the international community reacted by approving conventions and combating organized crime through international organizations, and, especially, by carrying out efforts to criminalize money laundering. The introduction of international recommendations in national legal systems, however, is not always an

harmonious process. In Brazil, money laundering was criminalized by Law 9.613/1998, and a catalogue of antecedent crimes was established as the sole frontier between this crime and the receiving of stolen goods offense. By comparing those two crimes, we have found several features in common, because, in addition to being parasitical crimes, they have similarities regarding their material object, objective type and protected legal assets. If there was no catalogue of antecedent crimes in Law 9613/1998, money laundering would replace the offense of receiving of stolen goods. That is why if Bill 225/2006 is approved, and the referred catalogue is removed from the Brazilian legal system, the only differential criteria between the two will disappear, making Law 9.613/1998 applicable to all crimes, not only the most serious ones. Currently, in Brazil, any offense committed by a criminal organization is regulated by the money laundering legislation. Henceforth, it would be suffice to create the criminal type of “formation of criminal organization” to widen the range of antecedent crimes, without derogating the receiving of stolen goods crime.

Keywords: transnational organized crime, money laundering, receiving of stolen goods

BRUNO AUGUSTO PRENHOLATO

Data: 02 de junho de 2008

Título: A imunidade tributária como instituto de garantia e efetivação dos direitos humanos para as entidades assistenciais.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. João Rezende Almeida Oliveira (orientador)

Prof. Dr. José Eduardo Sabo Paes (ex. interno)

Prof.^a Dr.^a Maria Elizabeth Guimarães Teixeira Rocha (ex. externo)

Resumo

A presente dissertação tem por objetivo específico analisar os desdobramentos da imunidade tributária como um instrumento legal de garantia e efetivação dos Direitos Humanos, confrontando a realidade normativa das limitações ao poder de tributar e o respectivo entendimento esposado pelos tribunais brasileiros. Neste estudo, serão tratadas, ainda, a importância e a alta relevância das entidades assistenciais brasileiras, em razão da situação social e econômica em que o país se encontra. Com vistas a situar a imunidade tributária no campo social e junto ao Terceiro Setor, a pesquisa traz as consequências sociais decorrentes da aplicação do instituto da imunidade tributária, com enfoque nos direitos humanos econômicos de segunda geração. Sem desvincular o caráter legal da aplicação da imunidade tributária, o estudo busca justificar a necessidade de se dividir as responsabilidades sociais do Estado com entidades, notadamente, mais eficientes na gestão de programas assistenciais, como, por exemplo, as entidades assistenciais descritas na Constituição.

Palavras-chave: Imunidade Tributária, Direitos Humanos, Entidades Assistenciais, Terceiro Setor.

Abstract

The specific objective of the present dissertation study is to examine questions about the ramifications of the tributary immunity like a legal instrument of guarantee to the Human Rights, confronting legal reality of the limitations to the power of taxing and the respective understanding judged by Brazilian courts. In this study, there will be treated, still, the importance and the high relevance of social Brazilian entities, on account of social and economical situation in which the country is. With sights to situate the tributary immunity in the social field and in the Third Sector, the inquiry brings the social resulting consequences to application of the institute of the tributary immunity, with approach in the economical human rights of second generation. Without divesting the legal character of the application of tributary immunity, the study looks to justify the necessity of social responsibilities of the State being divided with entities, especially, more efficient in the management of social programs, like the social entities described in the Constitution.

Keywords: Tributary Immunity, Human Rights, Social Entities, Third Sector.

MARCIO JOSÉ DE MAGALHÃES ALMEIDA

Data: 04 de abril de 2008

Título: A atividade de inteligência e o direito no combate ao crime de lavagem de dinheiro

Banca Examinadora:

Prof.^a Dr.^a Arinda Fernandes (orientadora)

Prof. Dr. João Rezende Almeida Oliveira (ex. interno)

Prof. Dr. José Rossini Campos do Couto Corrêa (ex. externo)

Resumo

O presente trabalho, sob o título “A Atividade de Inteligência e o Direito no Combate ao Crime de Lavagem de Dinheiro”, materializa a preocupação com crescimento do delito de lavagem de capitais e dos crimes conexos e com os seus reflexos na sociedade brasileira. Objetiva, pelo método dedutivo documental, identificar se as atividades de inteligência desenvolvidas no Brasil, no contexto da análise das operações financeiras suspeitas, por intermédio do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), criado com base nas Recomendações do Grupo de Ação Financeira sobre Lavagem de Dinheiro (GAFI/FATF), bem como, se as atividades de inteligência, realizadas pelos demais países, com o mesmo propósito, e se as práticas jurídicas brasileiras à luz de suas legislações, assim como as dos países signatários do GAFI/FATF, contribuem, adequadamente, para o combate ao crime de lavagem de dinheiro de forma eficiente e eficaz.

Palavras-chave: cooperação internacional, organismos internacionais, órgãos nacionais, repressão, prevenção, crimes conexos, crime de lavagem de dinheiro, atividade de inteligência, direito internacional, direito pátrio, DIREITO PENAL.

Abstract

The present work, under the title “The Intelligence Activity and the Law in the Figthing to the Money Laundering Crime”, puts in evidence the concern about the increasing of this crime and the ones connected with its repercussion in the Brazilian society. Yet, the work has the purpose to identify by the documental deductive method whether the intelligence activities developed in Brazil, in the context of the analysis of the suspected financial operations for intervention of the Counsel of the Financial Activities Control (COAF), created on basis in the Recommendations of the Financial Action Group about Money Laundering (FATF), as if the intelligence activities performed by other countries with the same purpose, and if the legal Brazilian practices on basis of its legislations too as of FATF's signatories countries appropriately contribute efficiently for the fighting to the laundering money.

Keywords: money laundering crime, intelligence activity, international Law, brazilian Law, prevention, connected crimes, repression, national organs, international organisms, international cooperation.

MAURO SÉRGIO DOS SANTOS

Data: 30 de junho de 2008

Título: A nova ordem jurídica internacional e o controle de constitucionalidade de tratados pelo direito brasileiro

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Arnaldo Sampaio de Moraes Godoy (orientador)

Prof. Dr. João Rezende Almeida Oliveira (ex. interno)

Prof.^a Dr.^a Neide Terezinha Mallard (ex. externo)

Resumo

Com o advento do processo de globalização, criou-se um cenário propício ao nascimento de uma nova ordem jurídica internacional, na qual os Estados não mais ostentarão total independência em relação aos demais membros da sociedade internacional, mas, ao contrário, clara interdependência uns dos outros. Em consequência, caem por terra alguns conceitos tradicionais, como, p. ex., o de soberania, que há muito já se mostrava dissonante com a realidade contemporânea. A nova fase vivida pelo direito internacional implica no fortalecimento e também, em tese, na prevalência de suas normas frente ao ordenamento jurídico doméstico, em caso de choque entre ambos. Não obstante a perspectiva desenhada, no plano interno a doutrina constitucionalista, fundamentada no princípio da supremacia da constituição, reafirma a força normativa da Lei Maior, defendendo seu status de norma paradigma para o exercício do controle de constitucionalidade dos atos normativos internos e também daqueles oriundos do direito internacional.

Palavras-chave: nova ordem jurídica internacional, soberania, controle de constitucionalidade, Constituição Federal de 1988, direito constitucional – tratados; tratados internacionais; controle da constitucionalidade, Direito Constitucional.

Abstract

As the globalization unfolds there seems to be the formulation of a proper scenario which frames a new international legal order. Within this new world the sovereign states will not fulfill its total independency as related to other members of the international community. On the contrary, every sovereign state will be quite attached to the other sovereign states. Consequently, some traditional concepts are falling apart, as for sovereignty itself, which has been for so long getting away from the reality we live. This new era within which International Law presently lives has as implication its own strengthened, especially when opposed to local legislation. Notwithstanding this fact, the authors on Constitutional Law remain loyal to the supremacy of the Constitution, whose paramount importance is stressed as an important test of validity of the International Law.

Keywords: new international legal order, sovereignty, international treaties, control of constitutionality, Federal Constitution of 1988.

NEREIDA DE LIMA DEL ÁGUILA

Data: 11 de março de 2008

Título: A Tributação como instrumento de regulação econômico em Países integrados

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Maurin Almeida Falcão (orientador)

Prof. Dr. Ronaldo Lindimar José Marton (ex. interno)

Prof.^a Dr.^a Cláudia Aparecida de Souza Trindade (ex. externo)

Resumo

A tributação é essencial para a consecução das políticas financeiro-econômicas dos Estados, uma vez que é a partir dessa atividade que é arrecadada boa parte dos recursos a serem utilizados em tais políticas. Por outro lado, a tributação também pode ser utilizada como instrumento de regulação econômica, capaz de influenciar no consumo, de incentivar a poupança ou de orientar a forma de organização das empresas. No entanto, para que isto ocorra em países que procuram a integração econômica, por influência da globalização, é importante que haja aproximação de suas legislações, inclusive no que toca aos seus sistemas tributários. Quando se trata de blocos econômicos, é interessante que os Estados-Membros do respectivo agrupamento atuem em conjunto, buscando alcançar políticas fiscais convergentes e não dissonantes. Assim, deve haver conformidade entre os sistemas fiscais dos países, semelhança de reações desses sistemas em relação a condições de produção e comércio, semelhança na forma de tributação, e a eliminação das distorções, ou seja, dos efeitos da concorrência. Para tanto, é interessante que se busque uma forma de tributação mais neutra possível, buscando fixar mecanismos de eliminação de distorções na tributação, de uma forma geral, estudando, assim, os efeitos dos dois tipos de tributação, quais sejam, a tributação direta e a indireta. Outrossim, como já foi dito, é importante que as legislações estejam harmonizadas para combater a concorrência fiscal desleal. Nos casos, de união de países em blocos econômicos, é possível que haja distorções na concorrência, surgindo desvios em relação a fluxos comerciais, o que pode, outrossim, ocasionar, outrossim, distorções de ordem social. Isto porque a tributação incide não só sobre mercadorias e produtos, mas também sobre os rendimentos do trabalho, que afetam as pessoas, de uma forma geral. É nesse sentido que a tributação pode ser utilizada, no âmbito internacional, não só como instrumento que favoreça o crescimento econômico e o pleno emprego, mas também para prevenir distorções da concorrência entre Estados-Membros de agrupamentos econômicos.

Palavras-chave: tributação, regulação econômica, integração econômica, harmonização tributária, neutralidade, DIREITO INTERNACIONAL PUBLICO.

Abstract

The taxation is essential for the achievement of the financier-economic politics of the States, a time that is to leave of this activity that is collected good part of the resources to be used in such politics. On the other hand, the taxation also can be used as instrument of regulation economic, capable to influence in the consumption, to stimulate the saving or to guide the form of organization of the companies. However, so that this occurs in countries that look the economic integration, for influence of the globalization, is important that it has approach of its legislations, also in that touches to its systems tributaries. When if it deals with economic blocks, it is interesting that members of the respective grouping acts in set, searching to reach convergent and not dissonant tax policies. Thus, it must have conformity enters the fiscal systems of the countries, similarity of reactions of these systems in relation the conditions of production and commerce, similarity in the taxation form, and the elimination of the distortions, or either, of the effect of the competition. For in such a way, it is interesting that if it searches a form of possible more neutral taxation, searching to fix mechanisms of elimination of distortions in the taxation, of a general form, studying, thus, the effect of the two types of taxation, which are, the direct taxation and the indirect one. Also, as already it was said, is important that the legislações are harmonized to fight the disloyal fiscal competition. In the cases, of union of economic block-type countries, he is possible that it has distortions in the competition, appearing shunting lines in relation the commercial flows, what it can, also, to cause, outrossim, distortions of social order. This because the taxation not only happens on merchandises and products, but also on the incomes of the work, that affect the people, of a general form. It is in this direction that the taxation can be used, in the international scope, not only as instrument that favors the growth and the full job economic, but also to prevent distortions of the competition between the members of economic groupings.

Keywords: taxation, economic regulation, economic integration, tax harmonization, neutrality.

LIANA MEMÓRIA CARDOSO

Data: 12 de dezembro de 2008

Título: A América Latina em face das Transformações do Estado e da Ordem Econômica Internacional

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Maurin Almeida Falcão (Orientador)

Prof.^a Dr.^a Leila Maria Da´Juda Bijos (Examinadora Interna)

Prof.^a. Dr.^a. Inez Lopes Matos Carneiro de Farias (examinadora externa)

Resumo

Esta dissertação analisa a inserção da América Latina nas transformações do Estado segundo as ingerências da Ordem Econômica internacional no contexto pós-anos setenta. Para tanto, estuda a evolução do Estado, como um todo, desde a concepção do Estado Moderno, com a Revolução Francesa de 1789, até o Estado pós-moderno do período seguinte à crise econômica internacional dos anos setenta, fruto da contestação do Estado intervencionista anterior. Analisa o novo papel do Estado insurgente, a influência dos organismos internacionais nesse processo e as transformações de ordem econômica, política, jurídicas e administrativas, que se processam para fins de inserção dos países tanto desenvolvidos, como em desenvolvimento, como os da América Latina, como suas peculiaridades históricas e suas especificidades político-econômicas, na ordem econômica internacional do século XXI.

Palavras-chave: Direito Internacional Econômico. América Latina. Transformações do Estado. Ordem Econômica Internacional. Inserção.

Abstract

This paper analyses the insertion process of Latin America on the State transformations' as the interferences of the international economic order in the post-seventies. To that end, studies the evolution of the state as a whole, since the conception of the modern state, with the French Revolution of 1789, until the post-modern period that followed the international economic crisis of the seventies, with to the crisis of the interventionist state. Analyses the new role of the insurgent State, the influence of international organisms in this process and the economic, political, legal and administrative changes, which must include both developed countries, as developing countries, such as Latin America, and its historical, political and economic peculiarities, in the international economic order of the twenty-first century.

Keywords: International Economic Law. Latin America. Transformations of the state. International Economic Order. Insertion

PATRÍCIA CARRILHO CORRÊA GABRIEL FREITAS

Data: 16 de dezembro de 2008

Título: Meios de Solução da Dupla Tributação Internacional da Renda e do Capital.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Antônio de Moura Borges (orientador)

Prof. Dr. Marcos Aurélio Pereira Valadão (examinador interno)

Prof.^a Dr.^a Denise Lucena Cavalcante (examinadora externa)

Resumo

O mundo moderno, desenvolvendo métodos de trocas de informações, viabilizando e facilitando o comércio internacional e o intercâmbio dos indivíduos, facilitou o trânsito de capital e pessoas. Porém, essa facilidade fez com que os sujeitos de direito passassem a sofrer imposições tributárias em diversos países acarretando a diminuição das transações internacionais. Sendo assim, os organismos internacionais como Organização das Nações Unidas – ONU, Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico – ODCE, juntamente com os países interessados em incrementar os negócios internacionais, como por exemplo, os Estados Unidos da América, desenvolveram modelos de convenções para evitar a dupla tributação internacional, a fim de facilitar as negociações entre os países interessados e minimizar a dupla tributação sobre a renda e capital de seus nacionais. O presente trabalho desenvolverá estes temas, quais sejam, a dupla tributação internacional sejam eles unilaterais ou bilaterais, além disso, serão analisados os modelos de convenção contra a dupla tributação da renda e do capital desenvolvidos pela ONU, OCDE e Estados Unidos da América e os tratados firmados pelo Brasil a fim de evitar a dupla tributação internacional.

Palavras-chave: Não disponível.

Abstract

The modern world, developing methods of exchanges of information, making possible and facilitating to the transit of capital and people. However, this easiness made with that the right citizens started to suffer to impositions taxes in diverse countries causing the reduction from the international transactions. Being thus, the international organisms as Organization of United Nations – ONU, Organization for Cooperation and Economic Development – ODCE, together with the countries interested businesses, as for example, the United States of America, had developed models or conventions to prevent the international double taxation in order to facilitate the negotiations between the interested countries to minimize the double taxation on the income and capital of its national ones. The present work will develop these subjects, which is, the international double taxation since is occurrence, analyzing the destined ways to prevent the international double taxation, being unilateral or bilateral, moreover, the models of convention against the double taxation of the income and the capital will be analyzed developed by the ONU, ODCE and United States of America and the treated ones firmed by Brazil in order to prevent the

international double taxation.

Keywords: Não disponível.

ANA PAULA BAETA NEVES

Data: 16 de dezembro de 2008

Título: A reconstrução do princípio da capacidade contributiva para o imposto de renda da pessoa física sob o enfoque da declaração dos direitos do homem e do cidadão: uma diretiva para a pós-modernidade.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Marcos Aurélio Pereira Valadão (orientador)

Prof. Dr. Antônio de Moura Borges (examinador interno)

Prof.^a Dr.^a Denise Lucena Cavalcante (examinadora externa)

Resumo

O trabalho tem por objeto a reconstrução do princípio da capacidade contributiva para o imposto de renda da pessoa física no Brasil. Parte da evolução do conceito de Estado, a partir do contexto trazido pela Revolução Francesa, textualizado na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, datada de 1789, alcançando o fenômeno da globalização. Preocupa-se com o ditame constitucional inserido na Constituição Brasileira de 1988 no sentido de que o imposto em referência deve incidir sobre a riqueza do contribuinte, sob o critério da progressividade, abarcando um maior número de contribuintes possível que estão no mercado de produção e produzindo renda em uma economia dinâmica de mercados, hoje, não observado na legislação vigente do Brasil. A proposta da reconstrução do princípio visa colaborar com o desenvolvimento do povo brasileiro. A tributação por ser uma atividade essencial ao desenvolvimento social e do Estado e partindo-se da premissa de que o princípio em referência é um dos pilares para o alcance da justiça fiscal, sua reconstrução alcançará maior equilíbrio entre a dinâmica da vida social e a economia, e gerará maior arrecadação para o custeio das despesas públicas. O efeito econômico do tributo tem sido observado criteriosamente por juristas e economistas. Há duas alíquotas para o imposto de renda da pessoa física consoante legislação vigente, o que viola o ditame constitucional da progressividade. A teoria da tributação atravessa a modernidade e se reconstrói numa diretiva de pós-modernidade, em que está presente o binômio humanismo e tributo, em um Estado Democrático de Direito, sedimentado ao longo da história da humanidade, cujo marco histórico recaí sobre a Revolução Francesa. O imposto de renda é um tributo de maior alcance de justiça fiscal, sendo que no Brasil não se mostra adaptado a esse contexto. Mormente na República do Brasil, em que a Constituição de 1988 fixa o objetivo de desenvolvimento. O Direito como ciência social aplicada alcança a pós-modernidade e apresenta a escola pós-positivista que se preocupa com a tributação em equilíbrio com o homem e a economia.

Palavras-chave: Estado. Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. Globalização. Pós-Modernidade. Princípio da Capacidade Contributiva. Imposto de Renda Pessoa Física. Progressividade. Desenvolvimento.

Abstract

The object of this essay is to make an overview of the ability-to-pay principle in individual income taxation in Brazil. The analysis begins with the evolution of State concept, brought from French Revolution context, formalized in the Declaration of Rights of Man and Citizen in 1789, and ends with the analysis of globalization phenomenon and pos modernity. This study focuses in the constitutional rule within the 1988 Brazilian Constitution which dictates that taxation must be assessed on the individual's income, based on this principle, the income tax must be progressive, comprehending as many taxpayers as possible that are in the production market and that are generating revenue in a dynamic market economy. This work intend to demonstrate that this principle is not observed in the present Brazilian legislation. This principle overview proposal aims to contribute to Brazilian social development, since taxation can be an essential activity to reach Estate and social development, and since this principle can be considered as an essential element to reach taxation justice, the ability-to-pay principle reform will reach a greater balance between social and economic dimensions, generating more sources of revenue to finance public services. The economic effects of taxation have been analyzed by jurists and economists. There are two forms of taxation of individual income in present Brazilian legislation, which infringes the constitutional progressive regulation. Taxation theory overpasses modernity and resurges in pos-modernity, in which the humanism and taxation binomial is present in a democratic Estate, which historic landmark is in French Revolution. Income taxes are the most feasible taxes to achieve justice in taxation, however, in Brazil, it is not deemed to be adapted to this context, particularly, where the 1988 Constitution cites economic development as a goal. Law, as an applied social science, faces pos-modernity and presents the pos-positivism doctrine that focuses on the balance between citizen and economy.

Keywords: Estate. Declaration of the rights of Man and Citizen. Globalization. Pos-modernity. Ability-to-pay principle. Individual Income tax. Progressive Principle. Development.

NARA JOSEFINA DORNELLES GRAÇA

Data: 11 de dezembro de 2008

Título: Delação Premiada: um Instrumento Jurídico-Político de Combate ao Crime Organizado e de Preservação da Economia Nacional

Banca Examinadora:

Prof.^a Dr.^a Arinda Fernandes (orientadora)

Prof. Dr. João Rezende Almeida Oliveira (examinador interno)

Prof. Dr. José Rossini Campos do Couto Correa (examinador externo)

Resumo

Com a evolução dos tempos e o conseqüente e indiscriminado aumento da criminalidade organizada, surge uma nova vertente do crime, ainda não descrito pela criminologia, que se reveste de grande complexidade, formas múltiplas e que transpõe fronteiras. Para esse tipo de crime, os instrumentos processuais tradicionais utilizados na sua elucidação são, de certa forma, inoperantes. Nessa linha de raciocínio, o Brasil sentiu necessidade de adotar o instituto da Delação Premiada, já utilizada com relativo sucesso em outros países, como instrumento auxiliar na elucidação de crimes graves, principalmente aqueles cometidos em concurso de agentes, de forma eventual ou organizada. Não obstante a existência de intensas críticas, mormente sob o ponto de vista sócio-psicológico, que consideram a Delação Premiada imoral ou contrária à ética, ela está presente em vários diplomas legais pátrios. A presente pesquisa tem como escopo principal apresentar a delação premiada como um instrumento de combate ao crime organizado bem como um instituto que pode ser um aliado do Estado na preservação da economia nacional. Para tanto, essa dissertação foi dividida em três partes: a primeira apresentará a Delação Premiada, abrangendo seu conceito, origem, aspecto ético, valor probatório, possibilidade de utilização em crime diverso do que está sendo investigado e também os princípios constitucionais aplicados. A segunda mostrará a contribuição internacional para a adoção do instituto no Brasil, trazendo sua aplicação na Itália, Estados Unidos e Espanha. Por derradeiro, a terceira trará os diversos diplomas legais que regulam a aplicação do instituto da delação premiada no Brasil.

Palavras-chave: Delação Premiada. Aspectos éticos e morais. Direito Comparado. Legislação Pátria. Crime Organizado.

Abstract

With the evolution of the times and the consequent indiscriminate increase of organized crime, a new source of the crime, not yet described appears for the multiple criminology, that if coats with great complexity, forms and that it transposes borders. For this type of crime, the used traditional procedural instruments in its briefing are, of certain form, inoperative. In this line of reasoning, Brazil felt necessity to adopt the institute of the plea bargain, already

used with relative success in other countries, as instrument auxiliary in the briefing of serious crimes, mainly those committed in eventual or organized form, conspiracy. Not obstante the existence of intense critical, mainly under the partner-psychological point of view, that they consider this legal instrument immoral or contrary to the ethics, it is present in some native statutes. The present research has as main target to present the plea bargain as an instrument of combat to the crime organized as well as an institute that can be an ally of the State in the preservation of the national economy. For in such a way, this dissertation was divided in three parts: the first one will present the plea bargain, enclosing its concept, origin, ethical aspect, probatory value, possibility of use in diverse crime of what he is being investigated and also the applied principles constitutional. Second it will show to the international contribution for the adoption of the institute in Brazil, bringing its application in Italy, United States and Spain. Finally, it will bring the diverse statutes that regulate the application of the institute of the plea bargain in Brazil.

Keywords: Plea Bargain. Ethical and Moral Aspects. Comparative Law. Organized Crime.

SU YUN YANG

Data: 16 de dezembro de 2008.

Título: Imunitário das Instituições de Educação e Assistência Social – IPTU

Banca Examinadora:

Prof. Dr. José Eduardo Sabo Paes (orientador)

Prof. Dr. Marcos Aurélio Pereira Valadão (examinador interno)

Prof.^a Dr.^a Denise Lucena Cavalcante (examinadora externa)

Resumo

O presente trabalho visa à análise do instituto da imunidade tributária do patrimônio das instituições assistenciais, relativamente à imóvel de sua propriedade submetido a regime de locação, se aplicáveis ou não mediante confronto da legislação vigente, com a evolução da jurisprudência e das novas tendências interpretativas dadas não só pelos recentes julgados, súmulas, como também na opinião de balizados doutrinadores a respeito das finalidades essenciais. Para esse mister, aprofunda os conhecimentos quanto a vedação à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, de instituírem e cobrarem impostos, atendidos os requisitos da lei o núcleo essencial da norma em relação ao parágrafo quarto do artigo 150 da Constituição Federal de 1988, questiona o tratamento atualmente dado à imunidade tributária do patrimônio alcançar o IPTU incidente sobre o imóvel alugado a terceiro, desde que a renda seja aplicada em suas finalidades essenciais. Refuta a súmula 724 do Supremo Tribunal Federal, que entende ainda quando alugado a terceiros, permanecer imune ao IPTU o imóvel pertencente a qualquer das entidades referidas pelo art. 150, VI, c, Constituição, desde que o valor dos aluguéis seja aplicado nas atividades essenciais de tais entidades. Defende que a imunidade não é maculada com a exação fiscal sobre o imóvel com imposto que incide sobre o patrimônio. Assim, aduz que imune é a renda auferida, não incidindo imposto de renda sobre o montante recebido a título de aluguel do imóvel, uma vez presumido que a renda será destinada à atividade essencial da entidade, mas que não há imunidade quanto ao IPTU tendo em vista que o imóvel em si não está sendo utilizado para o desenvolvimento das atividades sociais do Estado. Defende ainda que o sentido das “rendas relacionadas com as finalidades essenciais das instituições de educação e de assistência social”, requisito legal para a incidência da imunidade, é dado através da exclusão da imunidade das rendas que, mesmo ligadas às finalidades essenciais das instituições, possam consistir em “agressão” aos demais princípios esculpidos na Constituição. Sustenta a exclusão dos rendimentos das atividades que, se gozassem do benefício, acarretariam ofensa ao princípio da livre concorrência, ou seja, tudo o quanto economicamente for explorado em atenção às finalidades das entidades imunes estará imune, exceto no que atentar ao mercado concorrencial nacional tutelado pelo art. 173, §4º, da Carta Magna que comanda a lei reprimir o abuso do poder econômico que vise à dominação dos mercados, à eliminação da concorrência e ao aumento arbitrário dos lucros. Assevera quanto ao imóvel alugados a terceiros, são tributados não por, estarem ou não, relacionados com as finalidades essenciais das respectivas

entidades beneficentes, ou pela natureza jurídica da fonte emanadora de suas rendas, pois se estão sendo aplicadas nos objetivos institucionais, atende à acepção da cláusula condicionante da imunidade, mas por estar o imóvel à disposição de atividade comercial explorado pela iniciativa privada. E, muito embora o tema tratado já esteja sumulado pelo STF, a presente dissertação é relevante na medida em que apresenta a necessidade de uma nova hermenêutica a respeito da matéria, recolhendo elementos que conduzam à defesade que a aplicação ou não da imunidade deve ser analisada caso a caso, aplicando-se os princípios da proporcionalidade e razoabilidade no tratamento das finalidades essenciais e as atividades efetivamente exercidas/prestadas pelas entidades beneficentes. Por fim, aponta novas tendências da interpretação passando da forma teleológica, ampliadora do alcance da imunidade tributária, para aplicação do princípio da solidariedade social, mais restritiva neste aspecto, atualmente em voga no meio jurídico.

Palavras-chave: direito tributário, imunidade, entidade, educação, assistência social, locação, imóvel, IPTU.

Abstract

This work is aimed at reviewing the tributary patrimony immunity of care institutions for real estate of their property under a leasing arrangement, if not through confrontation or apply to existing legislation, with the evolution of case law and emerging interpretative trends not given only by the recent trial, overviews, but also marked out in the view of respectful indoctrinaters the purposes of this essentials target. To this mister, leads deep on knowledge about the seal to Union, to States, to Federal District and to Municipalities, to institute and collect taxes, attended the requirements of the law and the essential core of the standard relating to fourth paragraph of Article 150 of the Federal Constitution of 1988, questions the current treatment given to the tributary patrimony immunity to reach the incident IPTU on the property leased to third, provided that the rent is applied in its essential purpose. that also believes that when rented to third, remain immune to IPTU the property belonging to any of the entities referred by art. 150, VI, c, Constitution, provided that the value of rents is applied in the essential activities of such entities. Argues that immunity is not dirty with the exaction tax on the property with tax burden on property. Thus, adds that immune is the income earned, not bearing the income tax on the amount received by way of rent of property, once presumed that the income will be focused to essential activity of the entity, but there is no immunity about the IPTU in order that the property itself is not being used for the development of the social activities of the State. Argues that the meaning of "rent-related key aims with education and social assistance", legal requirement to immunity incidence, is given by excluding the immunity of rents that even related to that key institutions purposes, may consist of "aggression" to the other principles carved in the Constitution. Maintains the exclusion of income from activities that, if take the benefit, it would effectively harm to the principle of free competition, better saying, how everything is economically exploited in mind to the purposes of immune etities will be immune, except on seen at the competitive national market protected by art. 173, §4º, of Big Law that drives the law punish the abuse of economic power that seeks to dominate the markets, to elimination of competition and to the arbitrary increase in profits. States on the leased property to third, are taxed not by, being or not, related to

key aims of respective charitable entities, or the legal nature of the source of their income from, because it is being applied in institutional objectives, serves the purposes of the immunity clause constraint, but for the property be available to business operated by private enterprise. And, although the topic has already summarizing by STF, this thesis is relevant in time it shows the need for a new hermeneutics on the matter, collecting evidence leading to a defense that the application or not of immunity might be reviewed case by case, by applying the principles of proportionality and fairness in the treatment of essential purposes and activities actually performed / provided by charitable organizations. Finally, directs new trends in interpretation suggests teleological way, magnifier scope of tributary tax immunity, to the principle of social solidarity, more restrictive in this point of view, currently in vogue in legal means.

Keywords: law, tributary, immunity, entity, education, social assistance, location, landed property, IPTU.